

FLUXO CONTÍNUO

ENTREVISTA

GRANDES TEMAS

AVIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO BRASIL:

Dignidade humana

VIOLENCE AGAINST A WOMEN IN BRAZIL:

Human dignity



Dr. ROSANA LEITE ANTUNES DE BARROS

Politi(k)con - Fale-nos um pouco de sua trajetória de vida, formação, pesquisadora e Defensora Pública.

FLUXO CONTÍNUO

Dr. Rosana Leite Antunes de Barros – Nasci em Mato Grosso do Sul, na cidade de Aquidauana, em 28/06/1973. Com pouco mais de três anos passei a residir em Cuiabá com a minha família, já que o meu pai veio cursar direito na UFMT. Posteriormente, o meu genitor foi aprovado em concurso público por aqui, fazendo com que fixássemos a nossa residência em Cuiabá/MT. Tenho formação em direito, e fiz concurso público para a Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso. Atuei como defensora pública nos seguintes municípios: Sapezal, Juscimeira, Rosário Oeste, Nobres e Campo Verde. Desde 17 de fevereiro do ano de 2011 passei a atuar na defesa das mulheres vítimas de violência. A defesa das mulheres, no Núcleo de Defesa das Mulheres – NUDEM -, me oportunizou estudar um pouco mais sobre os movimentos de mulheres e o feminismo. Já me entendia feminista antes de exercer a respectiva atribuição, sem dúvida. Todavia, a defesa das mulheres potencializou o feminismo em minha vida, quando passei a estudar muito mais sobre o tema, com a imensa vontade de contribuir para o enfrentamento à violência contra as mulheres. É inegável que tive em minha formação, desde a tenra infância, a figura de mulheres muito fortes, tais como a Vovó Modesta (avó materna), a Vovó Laura (avó paterna), e a minha mãe, a Marlei. Já em Cuiabá também destaco mulheres fortes, principalmente como professoras, dentre elas a professora Avelina (ensino fundamental), e a Dra. Adriana Lopes Sandin (professora do curso de Direito). Convivi muito com a Dona Leuby, minha sogra, mulher que também fez parte da minha formação.

Busquei pós-graduações que me trouxessem a visão mais crítica de estudo, pois compreendo que dessa forma conseguiria desenvolver pesquisas nas respectivas áreas, aprimorando, ainda, o meu campo de trabalho.

Sou mestra em Sociologia pela UFMT, onde me encontrei na verva de pesquisadora no ambiente acadêmico. Faço parte do Instituto Histórico e Geográfico do Estado de Mato Grosso, e ocupo a Cadeira 29 da Academia Mato-grossense de Direito. Sou articulista semanal do Jornal A Gazeta sobre os Direitos Humanos das Mulheres desde o ano de 2013, onde toda segunda-feira circulam artigos de opinião de minha autoria. Citados artigos também costumam serem publicados em outros sites e jornais que circulam no Estado de Mato Grosso. Sou doutoranda em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação da UFMT.

Fui presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher do Estado de Mato Grosso de 2012 a 2016. Continuo fazendo parte do Conselho Estadual dos Direitos das Mulheres representando a Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso. Faço parte, também, da Câmara Setorial Temática da SESP/MT que atua no enfrentamento à violência contra as mulheres. Atuo na Rede de Atenção às Mulheres Vítimas de Violência Doméstica de Cuiabá. Represento a Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso na Comissão Nacional de

FLUXO CONTÍNUO

Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres do CONDEGE. Tenho a honra de fazer parte do Fórum de Mulheres Negras do Estado de Mato Grosso. Faço parte do Comitê Para a Análise dos Feminicídios do Estado de Mato Grosso.

Tenho participação em coautoria em alguns livros, e a minha dissertação de mestrado está com a editora para publicação em formato de livro. Atualmente também tenho me dedicado à escrita de um livro sobre um feminicídio que aconteceu em Cuiabá, no ano de 2012, com a autorização da família da vítima. Desempenho em forma de compartilhamento com o Gonçalo (marido), com muito amor, a responsabilidade de ser mãe da Michelle, da Amanda, da Gabriella e do Gilson Neto.

Politi(k)con – Como a senhora analisa a questão da violência contra a mulher no Brasil?

Dr. Rosana Leite Antunes de Barros – A violência contra as mulheres é justamente uma questão, por necessidade de discussão. É preciso se falar sobre o tema, cada vez mais, para que seja introjetado socialmente. É lamentável ver que meninas e mulheres crescem envoltas a tantas violências, sendo difícil pensar em um mundo melhor, se não pensarmos em mudanças drásticas, se quebrando paradigmas. A violência contra as mulheres no Brasil e no mundo é endêmica, a meu sentir. As mulheres do Brasil, por exemplo, foram vítimas das muitas violências desde a colonização. São muitas as violências a que nós mulheres estamos adstritas. O simples caminhar nas ruas já mostra a diferença entre os gêneros, pois as mulheres caminham com medo de que algo as aconteça a qualquer momento. Ao caminhar nas calçadas, por exemplo, e se depararem com homens à frente, há uma certeza: a mudança de calçada. De mais a mais, Mato Grosso tem sido um risco para as mulheres. Por aqui, mais do que nunca, estamos sendo assassinadas por sermos mulheres. Tem sido um enorme risco para as mulheres viverem em Mato Grosso, conforme tem noticiado a mídia local e nacional. Conseguimos muitos direitos, aliás todo arcabouço de normas que fazem parte dos Direitos Humanos das Mulheres, por conta dos movimentos de mulheres. Mas, na atualidade tem sido premente a vigilância para que essas normas sejam cumpridas na integralidade.

Politi(k)con. E no Mato Grosso, quais as razões para o Mato Grosso ser o campeão em número de feminicídio no Brasil?

Dr. Rosana Leite Antunes de Barros – Entendo que a forma como Mato Grosso foi colonizada, pode ter favorecido ao patriarcalismo, que é alimentado pelo machismo estrutural e a cultura do estupro. Mato Grosso é enxergado pelos

FLUXO CONTÍNUO

outros Estados como extremamente machista. O machismo estrutural cria e perpetua desigualdades de gênero. Assim, ocorre o favorecimento dos homens em detrimento das mulheres, deixando transparecer que o homem possui “poderes” que as mulheres não possuem, dificultando a igualdade de gênero. Já a cultura do estupro se perfaz em crenças que normalizam e/ou justificam as muitas violências sexuais que meninas e mulheres sofrem diariamente. A psicóloga e pesquisadora Valeska Zanello desenvolveu uma pesquisa onde ela conversou com mulheres casadas ou que possuem parceiros fixos, perguntando se alguma delas já manteve relação sexual com o companheiro de maneira forçada ou sem vontade. Para a surpresa da pesquisadora, 100% das mulheres responderam que já mantiveram relação sexual sem vontade e/ou de maneira forçada. A pesquisadora questionou, então, o motivo delas terem agido dessa forma, e a resposta foi pelo temor que os companheiros buscassem fora de casa. Assim, a estudiosa trouxe para o feminismo um tema de extrema importância: a necessidade de trabalhar a cultura do estupro dentro de casa.

Todas as situações vivenciadas historicamente pelas mulheres, desde terem sido conhecidas tempos atrás como cidadãs de segunda categoria, engrossam “o caldo” das muitas violências a que as mulheres estão suscetíveis. É preciso trabalhar a educação dos jovens, desde a tenra infância, mostrando e admoestando sobre os males causados para as famílias, quando as mulheres são vítimas de violência. A violência contra as mulheres externa o “quadrado” familiar, atingindo a toda a sociedade. Atuei como defensora pública em alguns municípios do Estado de Mato Grosso, de maneira que passei a conhecer alguns presídios e cadeias do Estado. Sempre tive a curiosidade de perguntar para as pessoas em situação prisional, como havia sido a respectiva infância. Não tenho dados fechados, fazendo parte apenas de pesquisa empírica. Todavia, sem querer justificar a prática de crime: a maioria das pessoas em situação prisional vivenciou violência contra as mulheres, ou foi vítima de uma das piores violências dentro de casa, que é a violência sexual. Logo, é preciso que o poder público aperceba, de uma vez por todas, que a violência contra uma mulher atinge a toda a sociedade.

Politi(k)con. Quais as maiores incidências e tipos de violência contra a mulher que chegam à Defensoria Públicas?

Dr. Rosana Leite Antunes de Barros – Atendemos pelo NUDEM a toda e qualquer violência, preconceito ou discriminação que as mulheres venham a sofrer dentro ou fora de casa. Sem dúvida, cerca de mais de 90% dos casos que desaguam no núcleo são de violência doméstica e familiar. Dentre os crimes que envolvem a violência doméstica e familiar, o mais frequente é o de ameaça, seguido pela violência psicológica.

FLUXO CONTÍNUO

Politi(K)con. Quais os caminhos são possíveis e eficientes para o combate e enfrentamento efetivo da violência contra a mulher?

Dr. Rosana Leite Antunes de Barros - No ano de 2019, quando a Lei Maria da Penha completou 13 anos, o DATASENADO realizou uma importante pesquisa, ao conversar com mulheres que eram vítimas de violência doméstica, mas que decidiram não lavrar um boletim de ocorrência, não buscando ajuda do poder público. Ao serem questionadas sobre o motivo de não terem buscado por ajuda, cerca de 79% das entrevistadas responderam que havia temor que a violência se tornasse ainda maior. Logo, fica evidente que muitas mulheres não confiam na eficácia das normas que fazem parte do arcabouço de leis que compõem os Direitos Humanos das Mulheres. São muitos os fatores que devem ocorrer para que o combate aconteça. As mulheres precisam se enxergar como vítima quando se encontram nessa condição. O poder público, em geral, deve fornecer todo o amparo necessário para as mulheres, para que elas possam crer na eficiência das normas. E a sociedade precisa dar crédito para as mulheres, jamais as culpando e nem as entregando qualquer participação delas na violência que sofreram.

Claro que as políticas públicas são necessárias, e só podem acontecer, de fato, se foram destinadas verbas orçamentárias para tanto.

Politi(k)con. Como a senhora analisa o empoderamento feminino no Brasil e seu papel no enfrentamento das desigualdades de gênero?

Dr. Rosana Leite Antunes de Barros – Penso que a palavra “empoderamento” tem sido bastante falada, desde o advento da Lei Maria da Penha no país, no ano de 2006, porquanto muitas políticas públicas foram trazidas com a citada norma. Todavia, não há como se falar em empoderamento das mulheres se não refletirmos sobre as múltiplas mulheres que somos. É muito importante mencionarmos o vernáculo mulher sempre no plural: mulheres. Somos múltiplas por não podermos pensar apenas em um segmento de mulheres, sendo preciso pensar em todos: mulheres negras, brancas, quilombolas, ribeirinhas, LGBTQIAPN+, em situação de rua, e por aí afora. Logo, essa palavra tão importante, e até certo ponto banalizada, o empoderamento, só pode ser enxergada se pensarmos em todos os segmentos de mulheres. O motivo é bastante simples, pois não é provável empoderar, por exemplo, uma mulher branca da mesma forma que devemos empoderar uma mulher negra. Assim como não é provável empoderar uma mulher negra, da mesma forma que devemos empoderar uma mulher negra e lésbica.

FLUXO CONTÍNUO

O feminismo quando surgiu no mundo, primeiramente foi articulado pelas mulheres brancas, pois eram elas que possuíam possibilidade de fala à época. Porém, na atualidade, a realidade é bem distinta, primordialmente no Brasil, um país miscigenado. Se uma mulher não estiver sendo amparada por políticas públicas, nenhuma das demais estarão. É visível que as mulheres estão sendo assassinadas, estão sendo vítimas de feminicídio pela condição de gênero, ou seja, por serem mulheres. Logo, a qualquer momento, qualquer mulher pode ser vítima de qualquer violência pelo fato de ser mulher. Somos plurais!

Ademais, vivemos em um mundo capitalista. E se formos pensar nas pessoas menos afortunadas e sufocadas por se encontrarem na base da pirâmide, sem dúvida, estamos mencionando as mulheres.

Assim, é preciso empoderar. Mas, é necessário que se empodere a todas as mulheres indiscriminadamente. Françoise Vergès, ativista feminista francesa tem uma frase que reflete essa realidade: “São as mulheres negras que abrem e fecham as cidades”.

Politi(k)con. Quais os principais desafios da Defensoria Pública de Mato Grosso no enfrentamento da violência contra a mulher?

Dr. Rosana Leite Antunes de Barros - A Lei Maria da Penha proporcionou atribuições diferentes e ampliadas para a Instituição, no que diz respeito à defesa das Mulheres. Em todo o país temos os muitos NUDEMs – Núcleos de Defesa das Mulheres. Uma importante observação é que fizemos a questão de massificar o nome NUDEM, como forma de garantir a historicidade das mulheres dentro da Defensoria Pública. O nome NUDEM é nacional, em respeito à essa importante atuação. Cada Estado da Federação possui, pelo menos, um NUDEM. Desde a Lei 11.340/2006, Lei Maria da Penha, todo o Sistema de Justiça teve que se adequar para receber essa norma de vanguarda. Todavia, ela não é cumprida integralmente, infelizmente. Temos muitas políticas públicas que fogem às atribuições do Sistema de Justiça. Assim, encontramos desafios para a atuação em defesa das mulheres em todos os poderes e instituições. Não temos políticas públicas homogêneas para amparar as mulheres nacionalmente. E isso é possível se sentir nos muitos locais de atuação, tal como na Defensoria Pública. É preciso uma maior estrutura para o atendimento das mulheres. AS Defensorias Públicas, através dos NUDEMs, não atendem apenas mulheres vítimas de violência doméstica, mas todas as mulheres vítimas das muitas violências dentro e fora de casa. A violência doméstica e familiar é a que mais deságua no NUDEM, mas, não é a única. Atendemos a todas as violências de gênero, a que as mulheres são vítimas, como por exemplo: violência sexual, violência institucional, violência

FLUXO CONTÍNUO

obstétrica, e por aí afora. Assim, a Defensoria Pública necessita de maior orçamento para que as mulheres possam ser amparadas como necessitam e merecem.

Politi(k)con. Que mensagem a senhora gostaria de transmitir para as mulheres que passam por este tipo de violência?

Dr. Rosana Leite Antunes de Barros – A minha principal mensagem vai para a sociedade: é preciso dar crédito à palavra das mulheres. As mulheres sempre foram desacreditadas historicamente em suas vivências. As estatísticas estão a externar o quanto as mulheres tem sido vítimas das variadas violências de gênero. Assim, é premente dar crédito à palavra das mulheres. Não precisamos de vídeos ou áudios que já mostraram como as mulheres são vítimas de violência. Agora é preciso acreditar, sem qualquer dúvida quando uma mulher diz ser vítima de violência. E para as mulheres que passarem pela lamentável situação de violência, reforço: não esperem uma segunda vez para buscar pelo poder público, pois pode ser tarde demais.

No mais, parabéns à revista por fomentar tão importante assunto.

Politi(k)con. Nossos sinceros agradecimentos.